

O PROLIND¹ E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES NAS REAFIRMAÇÕES DE IDENTIDADE DOS POTIGUARES NO LITORAL NORTE DA PARAÍBA

Norryson Darlan da Costa Macedo (PPGH/UFCG)

RESUMO:

A educação clama por profissionais capacitados que trabalhem as demandas locais e participe de políticas públicas que promovam relações de crescimento nas relações professor-aluno. Esta presente produção tem como objetivo analisar o PROLIND e os seus desdobramentos nas reafirmações das identidades dos potiguaras. Pensando em suprir as demandas que correspondem à educação inclusiva e principiada na recuperação de memórias históricas, nas comunidades indígenas do nosso país. Pensando nessa ideia de capacitar currículos e cursos em defesa da educação indígena. A participação na comunidade indígena Potiguara corresponde à demanda do PROLIND. O ensino superior voltado para a formação de educadores indígenas possibilita as defesas de identidades dos povos potiguaras, perpetuando saberes e conhecendo de forma mais participativa as suas ações no processo historiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Indígena, identidades, memórias.

A licenciatura intercultural indígena fortalecendo a identidade potiguara

A Universidade Federal de Campina Grande Com a vigência de preparar professores em cursos de Licenciaturas voltadas para atender a demanda da educação indígena apropriou a Educação Superior Indígena para corresponder ao ensino em escolas indígenas, porém Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que obriga o ensino de história indígena nas escolas públicas e privadas do país, isso fortaleceu as lutas dos movimentos sociais que colaborou para o aumento na procura por especializações que abordam a temática étnico-racial.

¹ Programa de apoio à formação superior e licenciaturas interculturais indígenas. Apoiar projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de professores indígenas para o exercício da docência nas escolas indígenas, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização do estudo em temas como línguas maternas, gestão e sustentabilidade das terras e culturas dos povos indígenas (MEC, 2013).

Nos últimos anos alguns trabalhos específicos tem beneficiado a comunidade acadêmica sobre estratégias de adaptar os currículos para a diversidade vigente. Para suprir uma demanda estadual, a Universidade Federal de Campina Grande apoiou a criação do PROLIND e intensificou a participação de licenciados indígenas nas aldeias potiguares.

A afirmação das identidades indígenas corresponde ao fortalecimento dos indígenas e das suas práticas culturais, pois com a gerência de currículos escolares que falam as suas linguagens locais, os mesmos se assumem enquanto capazes de instruir novos horizontes no que tange a diversidade educacional e conseqüentemente se impõem em meio aos preconceitos históricos disseminados nos currículos escolares tradicionais.

Visando promover a licenciatura em educação superior indígena, o PROLIND passou a fazer parte do currículo acadêmico da Universidade Federal de Campina Grande, isso fez com que a instituição se deslocasse para especialidades que falavam sobre os estudos indígenas, o Litoral Norte do Estado da Paraíba. Promover aulas de educação indígena em espaços de reafirmação cultural dos indígenas mostra a proposta da Universidade em recuperar as memórias históricas e proporcionar educação de qualidade para os indígenas potiguares da Paraíba.

Lecionar para os sujeitos que se reafirmam potiguares causou aumento considerável peras reivindicações dos direitos de posses de terras e promoção e perpetuação das identidades indígenas que foram sufocadas pelo processo histórico que excluía os mesmos enquanto produtores de História. Com a vigência da lei 11. 645 de 10 de março de 2008, que instituiu a obrigatoriedade da educação indígena nas salas de aula vêm mostrando o papel do indígena no processo histórico e revertendo a opressão de identidade e aumentando o número de pessoas que se afirmam indígenas.

A sobrevivência cultural das comunidades potiguares tem feito da região do litoral Norte da Paraíba uma zona de grande influência indígena seja nas práticas culturais como nas perspectivas de problematizar o espaço partindo da ideia da perpetuação daquele lugar fortemente ligado aos traços culturais indígenas.

A proposta em quebrar o tempo invisível pela historiografia, os indígenas após a aplicação das leis de 2008 causou diversas observações por orientar os rumos dos

indígenas e consolidar novas ações de aplicabilidade da historiografia pelos indígenas em geral, não bastou apenas em ter a lei aplicar para servir aos principais beneficiários que no caso dos indígenas passam a ser reconhecidos não apenas pelos pares indígenas pelas mais diversas atividades acadêmicas em geral.

O conhecimento de práticas culturais históricas antes relatadas pela historiografia tradicional como ausentes de história atualmente inúmeros historiadores se comprometem em colaborar com o crescimento da história indígena e na formação de cursos que fortaleçam as identidades destes sujeitos e abram campos férteis para formação de profissionais capacitados em escrever a história dos indígenas e colher frutos futuros que reverenciem suas identidades.

A produção educativa pautada no reconhecimento dos sujeitos indígenas na formação espacial, sintonia a proposta da lei 11559/2003 que obriga o ensino de história indígena nas salas de aula, assim como também obriga recorrer a produções político-pedagógicas que agreguem os sujeitos nos espaços pertencentes aos seus antepassados históricos.

Na fixação dos direitos indígenas, tendo em vista a aplicação da lei que estabelece a Licenciatura Intercultural Indígena, quebra as violações feitas pela historiografia tradicional, com o respeito aos direitos indígenas a população potiguara tem estabelecido revisões a historiografia, buscando na história as suas ancestralidades em defesa da memória coletiva², desmistificando as submissões e agregando aos indígenas capacidades de gerir seus pertencimentos de identidade.

Capacitar professores compromissados com as tentativas de enaltecimento de identidades, trás a tona as resoluções desses capacitados por intermédios do PROLIND de transmitir os conhecimentos nos seios das comunidades potiguares³ do Litoral Norte da Paraíba, onde os municípios de Baía da Traição, Marcação, Mamanguape e Rio Tinto integram essa importante macrorregião geográfica.

Escolas indígenas tem contribuído com o resgate cultura de dialetos locais, enaltecimento da culinária, e principalmente com a transmissão de conhecimentos que

² HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

³ Atualmente, é o único povo indígena oficialmente reconhecido no estado da Paraíba Sua população gira em torno de 20.282 índios, sendo uma das maiores do Brasil e a maior do Nordeste

visem políticas públicas para os indígenas beneficiados com o programa de Licenciatura para Educação Indígena.

Após a capacitação de professores pertencentes às comunidades Potiguaras, inúmeros indígenas têm reverenciado suas posições no espaço local, o que tem por especialidade em fazer com que os mesmos escrevam a sua historiografia, quebrando preconceitos e possibilitando também revisões das fontes historiográficas, pois o curso visa operar entre os indígenas as capacidades de produzir sua própria historiografia.

As escolas indígenas têm diferentes formas de transmitir seus conhecimentos tradicionais que não precisam estar vinculados a nenhum método cartesiano de educação, como durante séculos vem sendo, filosoficamente, pensado e aplicado na sociedade ocidental⁴. As táticas educativas dos povos indígenas diferem dos métodos cartesianos, o que garante a sobrevivência de suas identidades coletivas.

Segundo Juciene Ricarte Apolinário, é importante permitir que a historiografia seja contundente em relação à capacidade dos indígenas de produzir sua própria história, pois importantes investigações historiográficas feitas por alunos do PROLIND como Pedro Potiguara⁵, o que coloca para conhecimento a história dos indígenas com outras facetas, optando por abordar as importantes relevâncias em suas histórias de resistências, quebrando as linhagens tradicionais de analisar os recortes historiográficos dos indígenas como não detentores de história e passivos de serem aculturados.

Durante muito tempo, a historiografia brasileira se reportava aos indígenas como seres em processo de desaparecimento, pois acreditava-se que seriam integrados pela sociedade circundante. Até a década de 1980, era possível depararmos com trabalhos de historiadores que seguiam a máxima de Francisco de Adolfo de Varnhagen “os índios não têm história, apenas etnografia” (APOLINÁRIO, 2013, P. 391).

Como já mencionado anteriormente, a formação docente respalda-se na reponsabilidade em especializar professores que possam analisar as formações

⁴ Resiliências educativas, Josicléia Santana; Juciene Apolinário; Damião Rocha, Carmem Rolim (Orgs.), 1. Ed. Goiânia: Editora América, 2013, p. 231.

⁵ <https://www.facebook.com/AldeiaIndigenaPotiguaraCarneira?fref=ts>

históricas e as suas contribuições no meio dos indígenas. A meta era formar 4.000 professores indígenas até 2010 em todo o Brasil, não tive conhecimentos sobre os números alcançados até hoje. No que se refere aos números em relação à quantidade de educadores formados pelo programa das Universidades Federais paraibanas não foi divulgado pela carta da assessoria de imprensa da Universidade Federal de Campina Grande, durante o ano de 2006 durante o período de três anos.

Com grande participação no meio acadêmico, alguns professores se dedicam em lecionar aos indígenas disciplinas que contextualizem as suas realidades com o espaço local. Atribuir visibilidades aos processos socioeducativos dos indígenas capacita novas demandas profissionais em discutir os usos do passado da história indígena para sinalizar compromissos em defesa dos povos indígenas e suas participações históricas.

O PROLIND está encaixado na proposta de licenciatura indígena ou intercultural, que tem por objetivo, segundo a resolução do Ministério da Educação, a diversidade na unidade, proporcionando aos professores indígenas capacitações, são desafios que transpassam o ambiente acadêmico e pretende por em prática as conceituações dispostas nos editais de lançamento do programa, segundo o edital:

“1. Implantação e manutenção de Cursos de Licenciaturas específicas para a formação de professores indígenas em nível superior; 2. elaboração de projetos de Cursos de Licenciaturas específicas para a formação de professores indígenas em nível superior; 3. permanência de alunos indígenas na educação superior, bem como a mobilização e sensibilização das comunidades acadêmicas para esse propósito (PROLIND, EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3 SECAD/MEC, DE 24 DE JUNHO DE 2008)

As mobilizações entorno do PROLIND sugerem auxílio contínuo das universidades públicas na defesa da licenciatura intercultural indígena, o ensino na diversidade e tendo na capacidade de aumentar a frequência de indígenas em programas de educação contextualizados com as suas realidades de vivências. Assim como também quebrar as visões deturpadas dos povos indígenas.

Esses cenários montam apreço para os indígenas em conhecer as suas realidades de ensino através de professores graduados em educação indígena superior e sensibilizados em participar na formação e acesso do ensino de qualidade, inclusivo, auxiliando aos educadores indígenas esforços e compromissos em organizar e amadurecer os seus currículos escolares.

A educação escolar indígena deve-se desmontar as formas tacanhas de analisar as participações históricas dos indígenas sem aplicar a qualidade da gestão escolar indígena, normatizar, planejar e principalmente capacitar professores que correspondam aos debates sociais de realidades dos indígenas sem esquecer que as forças do PROLIND se inspiram em políticas públicas de combate ao racismo e a exclusão social. São políticas públicas voltadas a incluir o ensino superior indígena como obrigatório para professores de escolas indígenas.

As forças dos projetos de inclusão as educação continuada para professores de escolas indígenas divulga os cursos de licenciatura *strictu sensu*, cooperando nas mudanças de repensar o currículo tradicional e incluir capacitações continuadas para professores indígenas, garantindo o acesso de educação de qualidade inclusiva nos processos históricos de formação dos indígenas na colaboração de criar currículos inclusivos.

Reafirmando a identidades e as propostas que as permanências culturais não devem ter nos pontos de percepção o sufoco histórico sofrido pelos indígenas ao longo do processo histórico, o PROLIND surgiu com a necessidade de divulgar a diversidade cultural indígena reforçando que os povos indígenas foram primordiais na formação cultural do Brasil⁶.

A licenciatura intercultural indígena desenvolve-se na ideia de descentralização física e espacial da Universidade tradicional, gerando iniciativas de promover a participação de educadores indígenas no empreendimento educativo, colocando os indígenas como capacitados em contextualizar os seus currículos e geri-los de acordo com as suas necessidades.

⁶ Seminário para uma educação superior dos povos indígenas no Brasil, políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. P. 19

No contexto local, o PROLIND foca na educação multilinguística, onde as diversidades são respeitadas e praticadas no enfoque diferenciado para a educação indígena, os planejamentos do MEC são respeitados, porém uma ponte de importante destaque no que favorece os vínculos com as etnias e contribui na formulação de pertencimentos de identidade voltados nas defesas locais assegurando os diálogos dos próprios indígenas enquanto receptores de defenderem seus sistemas educacionais e erradicarem os discursos preconceituosos em relação aos indígenas enquanto consumidores dos seus próprios currículos.

Os diálogos com os grupos étnicos aprofundam o reconhecimento de atividades que promovam suas matrizes de identidade e os coloquem em igualdade perante todas as políticas do PROLIND oportuniza compreender o conceito de relações de força do historiador Carlo Ginzburg, onde os indígenas pedem as suas liberdades sobre as dominações brancas, isso acontece atualmente nas aldeias do Litoral Norte da Paraíba, onde educadores indígenas graduados pelo PROLIND distribuem seus conhecimentos de forma a contribuir para as afirmações de identidade dos indígenas.

Os direitos culturais devem ser asseverados e isso fortalece a diversidade racial, incitando a formação de professores que escrevam novos caminhos no ensino superior indígena e desmonte as atividades criminosas de ocupação espacial desenfreada por parte a sociedade que não reconhecia os direitos indígenas.

Como abordado em entrelinhas anteriores, o PROLIND tem como princípios formar e habilitar professores indígenas para lecionar nas escolas do ensino fundamental e médio, com vistas a atender à demanda da Comunidade indígenas potiguaras⁷, a formação superior indígena se pauta na interdisciplinaridade para auxiliar na formação de educadores que participem do amadurecimento da educação indígena com princípios democráticos, diferenciando dos currículos tradicionais, oportunizando aos indígenas chances de desenvolver suas práticas educacionais de acordo com as suas demandas espaciais e históricas.

Respondendo ao empreendimento da busca pela educação superior indígena, de acordo com Juciene Ricarte Apolinário, com o aumento do número de indígenas concluindo ensino médio⁸, demandou na luta por estimular a busca pela formação

⁷ Resiliências educativas, Josicléia Santana; Juciene Apolinário; Damião Rocha, Carmem Rolim (Orgs.), 1. Ed. Goiânia: Editora América, 2013, p. 231.

superior de professores, visando envolver os segmentos da sociedade civil, buscando sensibilizar as instituições de educação superior em implantar cursos para formação de professores em Licenciaturas em Educação Indígena.

Os projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas indígenas apresentam o compromisso em responder acerca da formação docente, preparando para as salas de aulas professores habilitados a lecionar para aos indígenas, afirmando a educação enquanto política de inclusão capaz de revolucionar e avançar a participação dos povos indígenas enquanto produtores dos seus currículos, anunciando a inserção da sua cultura em graus de importância relevantes e mobilidade em meio aos movimentos sociais.

Conclusões

A educação deve ser difundida enquanto garantia da melhoria de vida, almejando a diversidade étnica-cultural, onde deve continuar fazendo parte das movimentações de defesas de identidades que ao longo dos processos históricos foram marginalizadas pelos poderes públicos, a educação superior indígena deve reverenciar as produções dos conhecimentos, reafirmação das suas identidades étnicas, e fortalecer a história das lutas indígenas na oportunidade de ensinar e possibilitar o acesso a educação como mecanismo de reivindicação social.

As conquistas históricas marcaram a trajetória dos povos potiguares, a valorização da educação intercultural oportuniza novos modos de ver e escrever as suas histórias, a educação projetada na perspectiva de luta e resistência dos povos indígenas, ressignificando atividades culturais para reconhecimentos de toda a sociedade, recuperando histórias e construindo cidadãos que por meio da educação reafirmem suas relações de identidades e transformem políticas de exclusão em inclusões visíveis e legitimadas no processo de construção das memórias coletivas.

⁸ Idem, 241.

Referências Bibliográficas

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica. Campina Grande, EDUEPB, 2011.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte, Resiliências educativas, Ed. Goiânia: Editora América, 2013, p. 231.

BURITI, Iranilson. Modos de ver, formas de escrever (anotações entorno da história da educação e do ensino de história) /Iranilson Buriti, Juciene Ricarte Apolinário e Regina Coelli do Nascimento. Fortaleza, RDS Editora, 2013.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

Fontes diversas

<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/seminario-desafios/>

<https://www.facebook.com/AldeiaIndigenaPotiguaraCarneira?fref=ts>

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3 SECAD/MEC, DE 24 DE JUNHO DE 2008